

## MOBILIDADE TERRITORIAL DE TRABALHADORES: fundamentos históricos, relações com a *cidade do capital* e a particularidade do Brasil

Raimunda Nonata do Nascimento Santana<sup>1</sup>  
Lia Raquel Sousa Teles<sup>2</sup>

### RESUMO

Argumentação sobre a permanência, continuamente redimensionada, da mobilidade territorial de trabalhadores – migrações – como fundamento e mediação da constituição do capitalismo e das transformações urbanas no Brasil. Recordam-se fundamentos históricos gerais da condição errante da força de trabalho e dos deslocamentos espaciais de trabalhadores. Delineiam-se tendências e relações da migração de trabalhadores com a vida urbana, privilegiando-se expressões contemporâneas nas cidades do Brasil. Enfatizam-se dimensões dessa questão, que ganham intensidade e universalidade por se manifestarem no real mais concreto dos desafios citadinos de trabalhadores migrantes. Elas são capazes de sustentar a ponderação de que na mobilidade territorial de trabalhadores se inscrevem, com rara nitidez, as lutas pelo trabalho e as desigualdades sociais próprias às sociedades de capitalismo periférico e dependente, a exemplo da brasileira.

**Palavras-chave:** Mobilidade territorial de trabalhadores. Transformações contemporâneas. Trabalhadores migrantes. Vida urbana.

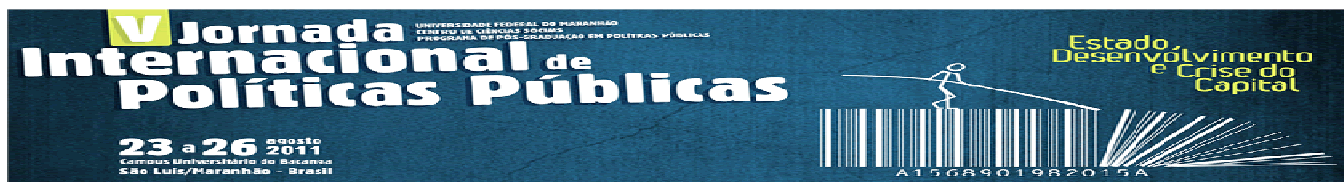
### ABSTRACT

Arguments about the permanence, continuously resized, of the territorial mobility of workers - migration - as the basement and mediation of the constitution of capitalism and urban change in Brazil. One is reminded of the general historical origin of unstable conditions of the workforce and the spatial displacements of workers. Emphasis is placed on the trends and relations with labor migration to urban life, focusing on contemporary expressions used in the cities of Brazil. Dimensions of this issue are emphasized, which gain intensity and universality through the demonstration of the more concrete reality of the urban challenges of migrant workers. They are able to sustain the significance that the territorial mobility of workers belongs to, with unusual sharpness, struggles for work and social inequalities, inherent to dependent and peripheral capitalist societies, like for example the Brazilian.

**Keywords:** Territorial mobility of workers. Contemporary changes. Migrant workers, Urban life.

<sup>1</sup> Doutora. Universidade Federal do Maranhão (UFMA). [ntayana@elo.com.br](mailto:ntayana@elo.com.br)

<sup>2</sup> Estudante de Graduação. Universidade Federal do Maranhão (UFMA). [liaraquelteles@hotmail.com](mailto:liaraquelteles@hotmail.com)



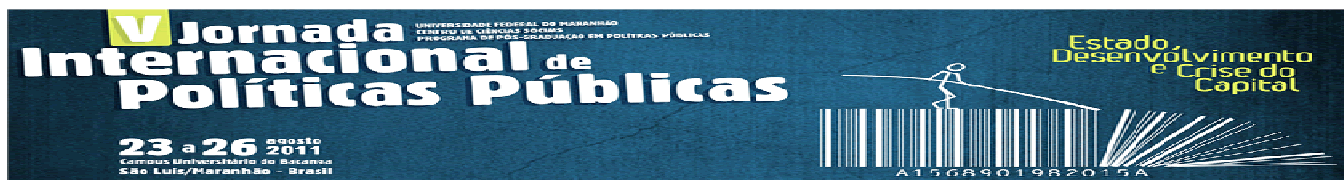
## INTRODUÇÃO

Êxodos e diásporas de trabalhadores, lutas de migrantes pelo direito à livre mobilidade territorial e ao trabalho, novas rotas migratórias, ampliação das restrições à migração e dos instrumentos legais que militarizam as políticas migratórias, obstáculos postos à proteção jurídica e a inserção dos trabalhadores migrantes na vida urbana, ação político-organizativa de resistência de migrantes e refugiados. Eis algumas manifestações relacionadas à permanência, continuamente redimensionada, dos deslocamentos espaciais de trabalhadores como mediação crucial das metamorfoses ocorridas na classe trabalhadora e nas cidades nos marcos das transformações contemporâneas da sociedade capitalista.

Nesse horizonte, as migrações de trabalhadores, que na atualidade se manifestam de modos outros, ganhando inéditas feições e dinamismos, se constituem: a) como momento de síntese da expropriação, exploração, dispersão e concentração da força de trabalho que segue o movimento e as formas do capital, b) como resistência à expansão e à exploração capitalista, dimensão na qual se engendram lutas específicas contra políticas migratórias regressivas e restritivas e a cultura de violência em relação a migrantes e refugiados. Para não perdê-las de vista no fluxo das complexas transformações do capital e das cidades em pleno curso, tomamos as determinações históricas mais gerais da migração como ponto de partida para delinear alguns traços de suas expressões contemporâneas, suas relações com a vida urbana e particularidades na sociedade brasileira. Assim, orientada pelo dado de que milhões de trabalhadores migrantes oriundos de regiões empobrecidas de países com Índia, Brasil e México habitam cidades pequenas e médias, metrópoles e megalópoles espalhadas pelo mundo e articulando fundamentos histórico-teóricos e dados provenientes de experiências político-organizativas de migrantes e refugiados, a presente argumentação é aqui esboçada através da abordagem de dois temas-chave: a) fundamentos da condição errante da força de trabalho e suas relações com a *cidade do capital*; b) expressões contemporâneas das migrações e particularidades pertinentes à sociedade brasileira.

### 1. FUNDAMENTOS DA CONDIÇÃO ERRANTE DA FORÇA DE TRABALHO: *a concentração dos trabalhadores nas cidades acompanha a do capital*

A demarcação contemporânea da mobilidade territorial de trabalhadores no campo da ação do capital sobre a classe trabalhadora e a vida urbana requer, a nosso ver, a



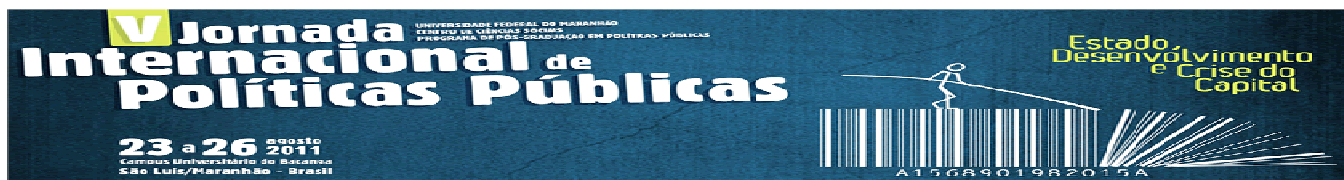
lembança do momento seminal do encontro entre a cidade e as dinâmicas econômico-industriais sob o capital. Aqui camponeses-artesãos acossados pelo desenvolvimento das forças produtivas e do individualismo de mercado saem da solidão da modesta oficina ou de atividades camponesas em direção às fábricas: “[...] os fusos e teares antes espalhados pelos campos, agora estão reunidos em algumas grandes casernas de trabalho, o mesmo ocorrendo com os trabalhadores e a matéria prima (MARX, 1998b, p. 859)”. Instrumentos de trabalho e trabalhadores reunidos nas fábricas e cidades às ordens do capital contribuem para fundar a *força produtiva social do trabalho*<sup>3</sup>. A concentração dos trabalhadores e da população acompanha a do capital, diz Engels no livro *A situação da classe operária na Inglaterra*. Em *A cidade do capital*, Lefebvre (1999) disserta sobre a força do capital na transformação da existência de famílias que viviam laboriosamente no campo.

Trata-se dos processos mediante os quais se aglomeraram na cidade os meios de reprodução do capital e do trabalho, quando ofícios, produção mercantil, modos de apropriação e usos da terra foram alterados pelo impacto da divisão social do trabalho, da dominação política, da vida citadina de novo tipo e das disputas das vantagens da aglomeração. Livres das restrições das guildas, empresários faziam proliferar fábricas mecanizadas para as quais acorriam homens, mulheres e crianças à procura de trabalho. A mobilidade territorial de trabalhadores era de tal ordem que muitos condados ficaram à beira de uma perda absoluta da população. Segundo Hobsbawm (1982), na Inglaterra, no ano de 1850, a fuga do campo e as abruptas alterações demográficas nas cidades se generalizaram. Então, a segunda metade do século XIX marca o começo da maior migração dos povos na História. Seus detalhes exatos mal podem ser medidos, pois as estatísticas oficiais, tais como eram então, são falhas em capturar todos os movimentos de trabalhadores dentro dos países ou entre estados. Como as dinâmicas industriais e as relações de assalariamento se faziam à custa da exploração e empobrecimento do trabalhador, essas situações, mediadas pelo *incandescente* mundo da política, da ação do Estado e das classes sociais, se estendiam (da fábrica) alcançando o conjunto da vida cotidiana e ampliando as expressões das desigualdades sociais nas cidades.

Sob estes balizamentos, iniciaram-se relações e conflitos entre trabalhadores migrantes, cidade e atividade industrial, a primeiro precedendo a segunda e aparentemente

---

<sup>3</sup>“O efeito do trabalho combinado não poderia ser produzido pelo trabalho individual, e só seria num espaço de tempo muito mais longo ou numa escala muito reduzida. Não se trata aqui da elevação da força produtiva individual através da cooperação, mas da criação de uma força produtiva nova, a saber, a força coletiva [...], a força produtiva social do trabalho” (MARX, 1998a, p. 379).



desunidas<sup>4</sup>. Nos fundamentos dessas relações encontra-se a capitulação e adaptação da cidade, dos elementos prontos e dispersos, que a manufatura moderna nela descobriu e incorporou aos cursos e ritmos do desenvolvimento das forças produtivas industriais sob o controle do capital. Conquista-se o campo para a agricultura capitalista, se incorpora terras ao capital e possibilita-se a liberdade de deslocamento territorial de trabalhadores necessários às fábricas nas cidades e às novas zonas de fronteira. Aos trabalhadores migrantes situados nos fundamentos da constituição do capitalismo, a cidade não podia mais fechar seus portões como era feito nas cidadelas medievais para àqueles à busca de alimentos, abrigo e trabalho. Também as corporações de ofícios<sup>5</sup> não mais podiam protegê-los. O *sistema ambulante*<sup>6</sup>, que levava o artesão a vagar pela Inglaterra, já começara a tornar-se, muito mais, uma forma de ajuda do que uma estratégia para encontrar trabalho. Nas cidades, a exploração do trabalho na fábrica, o desemprego e a deterioração da vida cidadina explicitavam a gravidade das *necessidades sociais* (HELLER, 1978) não satisfeitas.

Famílias operárias amontoavam-se nos subúrbios das cidades industriais, a exemplo de Londres, verdadeiros *locais de desolação*<sup>7</sup>. Constituídos a despeito de a filosofia iluminista haver concebido a cidade como lugar privilegiado da emancipação, civilidade e virtude, esses *locais de desolação* converteram-se num dos determinantes das lutas sociais e da formação da classe operária organizada e orientada pela vontade - *vontade como consciência atuante da necessidade histórica, como protagonista de um drama histórico real e efetivo* (GRAMSCI, 1984).

## 2. MIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS: tendências gerais e particularidades no Brasil

[...] o êxodo rural em direção às cidades, a migração entre regiões e de cidades para cidade, o cruzamento de oceanos e penetração em zonas de fronteiras,

<sup>4</sup>A este propósito, Lojkin (1997, p. 160-61) diz: O que explica a aparente autonomia dos fenômenos urbanos é o fato deles pertencerem à divisão do trabalho na sociedade e não à divisão do trabalho na unidade de produção: ora, a divisão social do trabalho, cuja separação cidade – campo é a base fundamental, pertence às formações econômicas das mais diversas sociedades e não, como a divisão manufatureira ou a fábrica, apenas à formação capitalista. Assim se explica o fato do fenômeno urbano ter precedido de muito o nascimento do capitalismo e de alguns dos seus traços até contemporâneos não parecerem provir da acumulação capitalista.

<sup>5</sup> "A corporação se defendia zelosamente contra qualquer intrusão do capital mercantil, a única forma livre de capital com que se confrontava. O comerciante podia comparar todas as mercadorias, mas não o trabalho como mercadoria" (MARX, 1998a, p. 414).

<sup>6</sup> Cf. a respeito Hobsbawm (1981), especialmente o capítulo *O artesão ambulante*.

<sup>7</sup> "Nesse período, foi ainda o progresso na sua escala mais grandiosa que acarretou uma devastação sem precedentes nas moradias do povo comum. Antes que o progresso tivesse ido suficientemente longe, os trabalhadores já se amontoavam em novos locais de desolação, as assim chamadas cidades industriais da Inglaterra" (POLANYI, 1980, p. 67).



todo este fluxo de homens e mulheres movendo-se em todas as direções torna difícil uma especificação. (HOBBSAWM, 1982, p. 207).

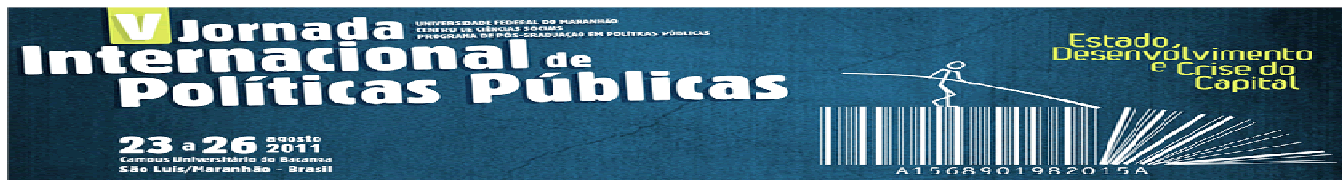
A intensa mobilidade territorial de trabalhadores constatada por Hobsbawm (1982, p. 207) no ano de 1850, em sociedades européias pode, adequadamente, iniciar qualquer análise sobre êxodos, diásporas e movimentos migratórios de trabalhadores na contemporaneidade, a despeito de quase dois séculos medirem tais processos. Todavia, os atuais deslocamentos territoriais de trabalhadores, apesar de essencialmente vinculados a essa origem que não se perde no tempo, porta dimensões outras que guardam relações com as alterações no padrão de produção e consumo da força de trabalho (ANTUNES, 1999), os impactos de políticas econômicas mundiais nas migrações e a reconfiguração das classes sociais fundamentais, especialmente, a classe trabalhadora em suas linhas de resistência e ocupação espacial na relação com o capital e os segmentos da classe que o personificam (LOPES, 2006).

Afinal, no quadro contemporâneo de transformações socioeconômicas, político-culturais e territorial-urbanas, onde a economia mundial surge como um filão quase infinito de força de trabalho a baixos preços (HUSSON, 1996), a migração de trabalhadores concerne, agora e também, às múltiplas frações do processo de produção deslocalizadas no espaço mundial. As novas dimensões das migrações de trabalhadores ainda dizem respeito às ações restritivas e militarizadas de muitos Estados Nacionais quanto ao direito das pessoas e dos trabalhadores à livre mobilidade territorial e ao trabalho, como estabelece a Declaração Universal dos Direitos Humanos e os direitos dos trabalhadores previstos, inclusive, em acordos trabalhistas bilaterais e regionais definidos pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Trata-se assim de uma conjuntura histórica prenhe de sinais inequívocos quanto à banalização da vida humana, dos direitos do trabalho e dos trabalhadores.

Nessas condições históricas, a II Declaração de Rivas, documento político resultante do III Fórum Social Mundial das Migrações, explicita a um só tempo: a) a força das migrações<sup>8</sup> - por razões político-econômicas, social-ambientais e étnico-raciais, *os migrantes somam hoje mais de 160 milhões de pessoas*; b) a significação política dos migrantes no campo das lutas sociais populares e democráticas. Subscrita por mais de 2 mil movimentos e organizações de 90 países, a II Declaração de Rivas assim começa:

---

<sup>8</sup>Blanco (2000) afirma que, na contemporaneidade, se ampliam às redes migratórias mediante a formação de múltiplas redes regionais, as quais se juntam novos países emissores e receptores de migrantes. Nessas transformações vão se constituindo outros entremeados de fluxos migratórios internacionais, ainda que Europa, América do Norte e Austrália permaneçam na condição de principais regiões receptoras de migração internacional.



Nós, as pessoas migrantes, desalojadas e refugiadas, e nossas organizações, constituímos um novo sujeito político e uma força social mundial que se consolida neste III Fórum Social Mundial das Migrações. Por isso, levantamos nossa voz para dizer: Não à crescente deterioração das condições de vida que incide sobre a maioria das pessoas, tanto ao norte como ao sul do globo, e atinge de maneira especial os migrantes, refugiados e desalojados dos diferentes continentes, principalmente os povos palestino, saharauí, colombiano, sudanês e iraquiano, e as políticas cúmplices dos Estados Unidos, Europa e Espanha, em particular. Não às migrações forçadas dos povos indígenas, como resultado da expropriação de suas terras e dos megaprojetos agroindustriais, que trazem como consequência a destruição e o rompimento com suas culturas. Não às diferentes manifestações de racismo contra as pessoas e comunidades migrantes em todos os continentes e, particularmente, contra as pessoas da África negra e da comunidade latina nos Estados Unidos. Não à reprodução e ao fortalecimento de um sistema patriarcal que, no contexto da feminilização das migrações, aprofunda ainda mais a diferença de gênero já existente, e se traduz na continuidade da colocação da mulher em trabalhos de âmbito privado ou em condições de escravidão. Não aos projetos que estigmatizam, segmentam e excluem as pessoas migrantes e suas famílias, e deterioram o tecido social comunitário e organizativo. Rechaçamos a pretensão de transformar as extradições em substitutos para políticas estatais de desenvolvimento nos países de origem e em reforços ao circuito financeiro do capital, ampliando ainda mais as históricas assimetrias sociais, políticas, econômicas e culturais existentes. Não ao discurso midiático convencional que reforça, com estereótipos, a criminalização e a vitimização das pessoas migrantes, a xenofobia, a discriminação e o racismo. Não à globalização capitalista, neoliberal, concentradora e excludente, depredadora do ser humano e da natureza, e que em seu conjunto representa a causa fundamental das migrações contemporâneas. (Le Monde Diplomatique Brasil, 2008).

A II Declaração de Rivas também evidencia elementos históricos que possibilitam: a) re-encontrar, ainda que redimensionados, os fundamentos da condição errante da força de trabalho corporificados na expropriação, exploração, dispersão e concentração da força de trabalho advindas do movimento do capital e da necessidade de reprodução social dos trabalhadores; b) apreender as migrações como campo de contradições com estatuto político para o ensejo de estratégias organizadas de luta contra mecanismos de poder, nos quais os migrantes e refugiados emergem como alvo de opressões, hostilidades, violência e coações. Percorrendo esses dois domínios, sem deixar de considerar as particularidades de que se revestem em cada sociedade, é adequado argumentar que as transformações contemporâneas da sociabilidade capitalista e os novos modos de ser da migração se implicam mutuamente.

Na compreensão dos movimentos migratórios de trabalhadores na particularidade da formação sócio-histórica brasileira, destacamos a contribuição dos trabalhos de Francisco de Oliveira, dentre eles *Crítica à Razão Dualista* e *A Economia da Dependência Imperfeita*. Profundamente impregnadas pela unidade que o autor disse perseguir obsessivamente - *a de buscar entender a especificidade do capitalismo no Brasil* (OLIVEIRA, 1984) -, essas obras elucidam nexos histórico-territoriais entre mudanças na divisão regional do trabalho, dinâmica das classes sociais e migrações no Brasil. Apoiado em análise teórico-histórica, esse autor argumenta que não há região atrasada em oposição à moderna, pois as desigualdades



regionais - desigualdades de desenvolvimento no espaço sócio-econômico - são próprias da *rationale* do processo de acumulação e expansão capitalista. As disparidades regionais, a exemplo das que são identificadas entre a Região Sudeste e o Nordeste brasileiro, dizem respeito a redefinições nacionais, regionais e inter-regionais do trabalho nesse país. Assim, a concentração do desenvolvimento industrial na região Sudeste gerou acelerados fluxos migratórios em sua direção. Trata-se de relações funcionais entre as regiões e as migrações internas fundadas nos próprios marcos do desenvolvimento industrial brasileiro. Os trabalhadores da região Nordeste passaram então a desempenhar, de modo sistemático e progressivo, através da migração, condição de sustentação do desenvolvimento da região Sudeste no quadro de uma *economia nacional regionalmente localizada*<sup>9</sup>.

Na análise da relação geral e histórica entre migrações de trabalhadores e a constituição do urbano, é relevante considerar outro conjunto de processos também indicados por Oliveira (1982): quando a industrialização começa a ser o motor da expansão capitalista no Brasil esta não pode se valer de uma pretérita divisão social do trabalho dentro da unidade camponesa tal como verificado nas primeiras cidades industriais européias<sup>10</sup>. Assim, na análise do urbano no Brasil “[...] não nos deve escapar um elemento constitutivo muito marcante da economia brasileira, de sua fundação e de sua reiteração: o próprio fato de que ela se fundava no trabalho escravo (OLIVEIRA, 1982, p.40)”. Esta, a nosso ver, se constitui uma fecunda indicação para a compreensão das expressões - nos seus momentos seminais e contemporâneos - da mobilidade territorial de trabalhadores determinada pela divisão nacional e internacional do trabalho nos marcos da integração subordinada e dependente do Brasil ao capitalismo mundial.

No caso brasileiro, especialmente tratando-se do desenvolvimento industrial paulista, logo após a abolição do trabalho escravo, o Estado executou uma série de iniciativas de incremento a vinda de trabalhadores livres da Europa. Subvencionar a imigração de trabalhadores europeus, convertidos em paradigma do trabalhador ideal em detrimento do trabalho dos escravos recém-libertos, foi um mecanismo estratégico da formação da força de

<sup>9</sup>O crescimento industrial da região Sudeste, baseado numa série de fatores conhecidos de sobra conhecidos - e que não vale a pena reenumerar -, vai mudar o quadro radicalmente; neste sentido, ele redefine a divisão social do trabalho em primeiro lugar ao nível do seu próprio espaço, e, em segundo lugar, redefine a divisão social do trabalho em termos do espaço nacional mais amplo: tem-se a partir daqui a *criação de uma economia nacional regionalmente localizada*. [...] (OLIVEIRA, 1984, p. 56).

<sup>10</sup>Segundo Oliveira (2002, p. 38-39) “O caráter monocultor da agricultura de exportação embotou e abortou um processo de urbanização que se verificasse no entorno das próprias regiões produtoras de bens primários de exportação. Ao contrário dessa imensa teia de aldeias de pequenas cidades - que talvez seja um padrão característico da urbanização européia, por exemplo - ele produziu, por outro lado, uma extrema polarização, um vasto campo movido pelo conhecido complexo latifúndio-minifúndio e sobretudo fundado nas monoculturas, que não gerou uma rede urbana de maior magnitude no entorno das próprias regiões produtivas que, por outro lado, criou grandes cidades em termos relativos, evidentemente, desde o princípio”.



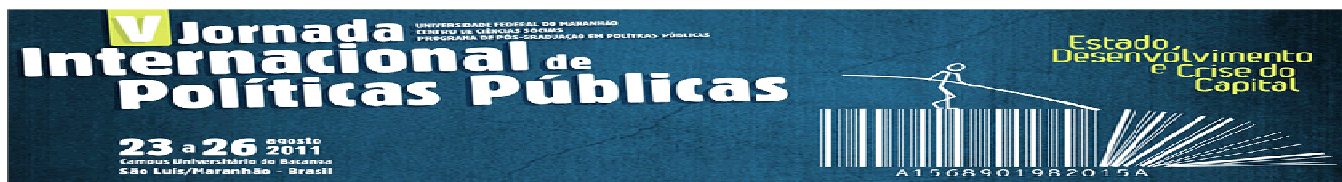
trabalho (o *exercito industrial de reserva*), requisito fundamental a instauração de processos industriais, nesse estágio de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. A irrupção e expansão do capitalismo monopolista, combinando-se a processos históricos passados, trouxeram à tona disputas vinculadas ao uso, à propriedade e ao domínio da terra no campo: - *terra de negócio x terra de trabalho*. Reinventaram-se formas de subjugação do camponês e reiteraram-se, através da avidez pela terra que o contrato de propriedade tenta regular, o *êxodo rural* em direção às cidades, a migração entre regiões e de cidades para cidade.

No Brasil, entre 1955 e 1964, realizaram-se significativas transformações na estrutura produtiva do país e na sua estrutura de classes, sem que isso implicasse em fortes alterações no arcabouço institucional herdado do Estado Novo ou em ativo (re) ordenamento territorial e regional. Mas, de 1964 e por toda a década de 1970, se configuraram, sob a vigência da ditadura militar, formas fundamentais do consumo de massa, instalação da base técnica e econômica, reorganização institucional das comunicações, projetos setoriais de forte envergadura e a implantação de infra-estrutura de apoio a tais projetos. Alteraram-se então a direção e a natureza do fluxo de mercadorias e os deslocamentos territoriais de trabalhadores. Também se modificaram as formas urbanas pré-existentes. Estamos em face do Estado suporte do *Brasil Grande Potência*, com sua estratégia de *integração nacional* e seus *projetos de grande escala* (complexos de beneficiamento de recursos minerais, refinarias de petróleo, hidrelétricas, industriais petroquímicas, etc.), e suas cadeias produtivas que agregam pouco valor e a geração de empregos é restrita. A partir dessa conjuntura histórica, parte importante da classe trabalhadora, de modo intenso e permanente, move-se, desloca-se, transfere-se territorialmente, dirige-se para as cidades brasileiras.

Em termos mundiais do final da década de 80 do século XX até o presente, múltiplas expressões, contradições e desafios atestam à intensidade e a complexidade da mobilidade humana contemporânea. Hall (2003) ao abordar as migrações contemporâneas fala do acontecimento da diáspora. A pobreza, o subdesenvolvimento, a falta de oportunidades são estimulantes para forçar as pessoas migrarem. O acontecimento da diáspora relaciona, ao mesmo passo que sintetiza e põe em oposição movimentos de populações errantes, mudanças sociais e hibridizações culturais no âmbito da *globalização*. Estas podem abranger de representações mutáveis, fabricantes de uma coerência imaginária, a identidades dinâmicas. Nesse sentido, a denominação abstrata de migrante tende a camuflar dados relativos à condição subjetiva e cultural e a necessidade de construir outros suportes de identidade.

Appadurai (1995) explica as migrações contemporâneas dando ênfase às novas motivações que levam grupos de trabalhadores ou comunidades a sair de seu país de origem





ou migrar para outras regiões dentro do seu próprio território. Associa as migrações à criação de esferas públicas da diáspora que interpelam a própria hegemonia do Estado Nação. Seguir tais deslocamentos, em suas continuidades e alterações de rotas, é, para ele, confirmar o aumento do movimento de indivíduos no mundo. É reconhecer que, nunca como agora, tantas pessoas desejaram, planejaram e concretizaram a possibilidade de elas ou os seus filhos viverem e trabalharem em lugares diferentes daqueles em que nasceram. Destaca o crescente fluxo de homens, com idade entre 20 e 35 anos, que traçam rotas migratórias dentro do seu próprio país. Eles, em sua maioria, saem de zonas rurais, em direção às cidades, em busca de melhores empregos e salários ou porque são alvos de conflitos étnicos e de guerras civis.

Sebastião Salgado (2010), sobre o seu ensaio fotográfico “Êxodos”, comenta: Quando a pobreza chega a níveis intoleráveis, muitos tentam mudar para as grandes cidades. Os mais aventureiros migram para países ricos distantes. Às vezes só os homens partem. Outras vezes, famílias inteiras arriscam suas vidas para ir a lugares desconhecidos. Sua mudança opera transformação profunda, tanto no meio social do lugar onde passam a morar como nele mesmo. Com o êxodo de milhões de pessoas para a cidade, poucos continuam vivendo na zona rural. Muitas vezes, os que ficam têm de lutar pela própria sobrevivência, mesmo sem terra ou trabalhando em pequenas propriedades próprias, enquanto enfrentam forças políticas e econômicas aliadas contra sua permanência na zona rural. É comum os homens migrarem para a cidade ou outros países para procurar trabalho, enquanto as mulheres ficam para cuidar da família e da terra.

No âmbito das migrações internas, no Brasil, os deslocamentos espaciais de camponeses ou trabalhadores rurais em direção as cidades atualiza-se e manifesta novas modalidades, produz outros locais de origem dos trabalhadores e rotas bastante singulares de deslocamentos, a exemplo das migrações sazonais relacionadas ao complexo agroindustrial canavieiro, parte importante do agro-negócio brasileiro. Estudos recentes, a exemplo de Alves e Novaes (2007), constatam, por exemplo, que maranhenses e piauienses, a partir de 2001, passaram a integrar significativamente a força de trabalho nos canaviais do interior paulista.

No campo das relações entre transformações causadas pela reestruturação produtiva e migrações internacionais na sociedade brasileira, a análise de Rosana Baeninger<sup>11</sup> é elucidativa. Diz ela:

Nesse cenário de final do século XX e começo do XXI, a novidade em termos migratórios foi o fato de o Brasil ter se consolidado nas rotas das migrações

<sup>11</sup>Professora do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) e pesquisadora do Núcleo de Estudos de População (Nepo), da Unicamp, em entrevista concedida ao Jornal da Unicamp em dezembro de 2009.



internacionais. [...] no final da década de 1990 e no começo dos 2000, ficou patente a importância do Brasil na rota das migrações internacionais não apenas no âmbito latino-americano, mas também em contexto mais amplo.

Ao demarcar as novas rotas migratórias em direção ao Brasil, Baeninger destaca a vinda de coreanos e chineses para o interior de São Paulo. Segundo ela, trata-se de um fenômeno recente, do século XXI. Assim, atualizando sua vocação de receber populações migrantes, São Paulo encontra na esteira da atual reestruturação produtiva e do seu próprio desenvolvimento como centro da riqueza desse país, um novo lugar. Nessa ótica, na atualidade, essa cidade integra uma rede internacional de metrópoles que tem como uma de suas características a entrada de novos imigrantes internacionais que, antes, não faziam parte dos fluxos migratórios históricos. Destaca-se, de modo particular, a migração de asiáticos e de latino-americanos, muitos dos quais vêm trabalhar para coreanos e chineses<sup>12</sup>.

## CONCLUSÃO

Pretendemos nesses breves apontamentos enfatizar a importância crucial das migrações de trabalhadores nos fundamentos históricos da constituição e expansão do capitalismo. Referimo-nos, portanto, a uma dimensão constitutiva e particular desse modo de produção: expor e obrigar territórios e trabalhadores que usam, exploram ou descartam a fortes e recorrentes fluxos migratórios. Investigar a mobilidade territorial e rotas migratórias determinadas pelas alterações nas relações e condições de trabalho e modos de apropriação e usos da terra e da cidade se impõe então, a nosso ver, como tarefa necessária à ampliação dos estudos sobre uma dimensão essencial e contemporânea da classe trabalhadora em termos mundiais: os trabalhadores migrantes.

Do ponto de vista da particularidade brasileira, na emergência do imenso e variado painel dos modos de ser da migração, que envolve as migrações internas e as internacionais, um antigo desdobramento dos deslocamentos territoriais de trabalhadores se explicita e se multiplica. Ele diz respeito aos obstáculos enfrentados pelos migrantes para inserirem-se na

---

<sup>12</sup> Toda essa nova inscrição de acontecimentos e rotas de migrantes leva Baeninger a afirmar: A novidade, portanto, é que não se trata mais de uma migração Brasil-Paraguai, por exemplo, num contexto de país em desenvolvimento que estava apenas transferindo seu estoque de população para outra nação. Isto ocorreria agora muito mais pelo fato de o Brasil se inserir numa rota de capital e de mão-de-obra internacional. Isso é absolutamente novo, até mesmo no contexto regional. Campinas, por exemplo, conhecida por ser polo tecnológico, atrai contingentes de estrangeiros regularizados – franceses, coreanos, americanos, chineses. Isso tem mudado de certa maneira o perfil urbano de alguns espaços da cidade. Portanto, na mão-de-obra qualificada, essa nova configuração não está presente apenas em São Paulo. Ela pode estar em qualquer cidade do Brasil, em razão da distribuição das atividades econômicas no âmbito internacional. Em Campinas, por exemplo, você não tem apenas o coreano estabelecido no comércio, mas também aquele que atua na indústria de tecnologia.



vida urbana. Isto aparece, sobremaneira, nas condições dos territórios periféricos das grandes e médias cidades e das metrópoles. Moradores de rua, cortiços, áreas periféricas, favelas, regiões palafitadas dizem das iníquas respostas para necessidades infra-estruturais, coletivas, cotidianas e privadas da vida urbana. Assim, no meio das agruras da miséria material trabalhadores migrantes constroem suas casas e efetivam práticas urbanas, (mediante formas privadas de urbanização, como autoprodução, mutirões e gambiarras), promovem ações de solidariedade intraclasse e travam limitadas relações com o Estado.

São estratégias de sobrevivência que permanecem a demonstrar que, a despeito das mobilidades próprias da vida urbana (TELLES, 2007), os desafios dos trabalhadores migrantes pobres para viver na cidade e a segregação socioespacial urbana (RAMOS, 2003) se reiteram como duas das mais graves expressões do desenvolvimento do capitalismo periférico e dependente e da *questão social* no Brasil. Trata-se, portanto, de questões que interessam ao campo das políticas públicas e da gestão das cidades.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, F. J. da C. e NOVAES, J. (orgs) **Migrantes**: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro). São Carlos: EDUFSCAR, 2007.
- APPADURAI, A. Soberania sem territorialidade: notas para uma geografia pós-nacional. In: **Novos Estudos**, n. 49. São Paulo: CEBRAP, 1997.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BLANCO, C. **Las migraciones contemporáneas**. Madrid: Alianza Editorial, 2000.
- GRAMSCI, A. **Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- HALL, Stuart. Pensando a Diáspora (Reflexões Sobre a Terra no Exterior). In: **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Liv Sovik (org); Trad. Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.
- HELLER, A. **Teoria de las necesidades em Marx**. Barcelona: Ediciones Península, 1978.
- HOBBSBAWM, E. **A era do capital**: 1848 - 1875. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- \_\_\_\_\_. **Os trabalhadores**: estudos sobre a história do operariado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- HUSSON, M. **A miséria do capital**. Lisboa: Terramar, 1996.
- LEFEBVRE, H. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.
- LOJKINE, J. **O estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- LOPES, J. B. *et al.* As Classes Sociais nas Transformações Contemporâneas: metamorfoses e incidência na luta social. **Projeto de Pesquisa**. São Luís: UFMA/DESES, 2006.
- MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Livro I, vol. 1, 1998a.
- \_\_\_\_\_. **O capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Livro I, vol. 2, 1998b.



OLIVEIRA, F. O estado e o urbano no Brasil. In: **Espaço & Debates**. São Paulo, n. 6, 1982.

\_\_\_\_\_. **A economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

\_\_\_\_\_. **Crítica à razão dualista - o ornitorrinco**. São Paulo, Boitempo, 2003

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: CAMPUS Ltda., 1980.

RAMOS, M. H. R., SÁ. M. E. R. de. Avaliação da política de habitação popular segundo critérios de eficácia societal. In: **Metamorfoses Sociais e Políticas Urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2003.

SALGADO, S. **Êxodos**. Entrevista concedida pelo fotógrafo Sebastião Salgado em 29 de março de 2000. Disponível em <http://analgesi.co.cc>. Acesso em 10 de abril de 2011.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: Contexto, 2002.

TELLES, V. da S. Pontos e linhas de uma descrição da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios. In: **Trabalho, território e cultura**: novos prismas para o debate das políticas públicas. FRANCISCO, E. M. V. e ALMEIDA, C. C. L. de. (orgs.) São Paulo: Cortez, 2007.